

IV Simpósio de História do Maranhão
Oitocentista: Escravidão e Diáspora
Africana no século XIX

09 a 12 de junho de 2015
Local: Universidade Estadual do Maranhão - UEMA
Prédio do Curso de História, Praia Grande, São Luís - Ma.

Imprensa Maranhense nos oitocentos: um Pasquim Abolicionista

Allyson Bruno Pereira Ramos*

INTRODUÇÃO

O debate acerca das estruturas sociais no Brasil ao longo do século XIX tem tomado novos rumos, novas perspectivas são formuladas e reformuladas, dentro desse contexto esforços são empenhados para perceber tudo que permeia essa realidade. Notável ainda é perceber que a tentativa é apontar que tais estruturas ao contrario do que se acreditava há pouco tempo, não são em sua totalidade estáticas, em algumas exceções nota-se que a população negra consegue permear áreas que não são ligadas a esta população.

As vigências das teorias raciais ao longo do século em questão contribuíam para relegar a mais da metade da população brasileira que se encontrava escrava a um local de submissão, de pertencentes à base da pirâmide social, muitas vezes legava a esses indivíduos a situação de não pertencentes a essa sociedade, de um não lugar. Problematicar essas questões tem sido algo feito já há algum tempo, o que realmente parece ser inovador é a forma utilizada para tal, a renovação historiográfica realizada pelos Annales, que de muita repercussão e disseminação tem no Brasil, possibilitou ao pesquisador novas perspectivas e formas de abordagem para com seu objeto de estudo, o alargamento do campo de pesquisa trouxe a tona questionamentos antes não pertencentes ao campo da história.

Nesse sentido, utilizar fontes como os jornais trouxe a possibilidade ao historiador de melhor investigar a realidade vigente nos oitocentos, analisar minuciosamente os jornais que tratam de cada momento vivido nesse século traz as muitas faces da sociedade, da política, da economia e da escravidão. Em relação à utilização dos periódicos para analisar o século XIX, nota-se a constituição de um dos primeiros movimentos organizados em prol de algo, seja em relação ao abolicionismo ou mesmo em defesa do sistema escravista. As bases teórico-metodológicas são levadas aqui para analisar o contexto em que o jornal trabalhado –

Carapuça – está inserido na realidade escravocrata da província maranhense, para tanto, todas suas características materiais são levadas em consideração, sua inserção em categorias e sua real intensão.

A proposta aqui a ser apresentada é de análise do periódico em questão, demonstrando a partir da averiguação de seus editoriais como parte da imprensa maranhense se posiciona em relação ao debate abolicionista, parte de um projeto que trata acerca da preservação, digitalização e publicação de acervos documentais que tratam do negro no Maranhão, esse trabalho aponta o jornal como fonte primária de pesquisa histórica, levando em consideração seu posicionamento ideológico. Para melhor analisar o periódico além da utilização do Carapuça, algumas outras fontes de pesquisa são aqui usadas para nortear o trabalho e melhor embasa-lo.

A priori, propomos a valorização dos jornais como fonte de pesquisa histórica, a partir da renovação historiográfica proposta pelos Annales, identificando o marco de início de sua utilização não só como objeto para constituir a história por meio da imprensa, mas como fonte primária e central da pesquisa historiográfica, evidenciando seu caráter inovador e de grande abrangência no tocante aos campos históricos. Em seguida propomos a avaliação do contexto da escravidão brasileira no século XIX e todo o processo de abolição vivenciado pela sociedade nesse período, suas adaptações e movimentações ao longo do século são aqui evidenciadas cronologicamente, apontando para os movimentos abolicionistas em todo Império e evidenciando a partir da análise da obra de Regina Helena Martins de Faria o que ocorria no Maranhão no contexto escravocrata e o aparecimento de movimentos pró-abolição.

Por fim passaremos a análise do Carapuça, partindo do entendimento que esse jornal constitui-se como abolicionista graças ao caráter de seus editoriais e seu posicionamento em relação a escravidão dos negros africanos. Evidenciaremos seu posicionamento na história da imprensa nacional e na história do movimento abolicionista, mostrando sua composição física, sua periodicidade e seus responsáveis, seguindo as técnicas de tratamento evidenciadas por Tânia Regina de Luca acerca do trabalho com o jornal.

JORNAL COMO FONTE HISTÓRICA

Dentro do que se entende por renovação historiográfica, possibilitada a partir do século XX no movimento intitulado Escola dos Annales e mais tarde pela Renovação Marxista da New Left Review, o campo de pesquisa e análise do historiador que antes se limitava aos documentos oficiais, obteve então grande alargamento, possibilitamos o que conhecemos por “novos objetivos, problemas e abordagens”. No que tange a essa renovação historiográfica, é a partir de então que se possibilitou o que Tania Regina de Luca chama de “História por meio da imprensa” (p.111, 2006), mediante isto, o jornal que era tido como local de informações subjetivas e carregado de interesses particulares, passa a tomar posição central como fonte de pesquisa histórica. É dentro dessa miríade de novas possibilidades de abordagem e de perspectivas que inúmeros historiadores passaram a utilizar o jornal para analisar aspectos da vida política, econômica, social e demográfica da sociedade em questão.

É por volta da década de 1970 que o jornal, toma um novo posicionamento no campo da História, deixando de ser apenas um objeto de constituição da história por meio da imprensa para se tornar o objeto central da pesquisa histórica, nesse sentido inúmeros campos historiográficos passaram a utilizar a imprensa, a História do movimento operário, por exemplo, está intimamente ligada aos impressos, uma vez que, nota-se a utilização desse material de forma bem específica, sem receita publicitária, folhas sem periodicidade, feitas por não profissionais e que dependiam de seus leitores para sua sobrevivência, outro exemplo está nos historiadores que trabalham com o estudo de gênero, o posicionamento reservado às mulheres, as várias formas de relação homem-mulher, tudo potencialmente evidenciado na imprensa, para além desses, contamos ainda com a História política, étnica, racial, identitária, social e literária, tudo passa a ser analisado tendo a imprensa como objeto.

A efervescência desse novo objeto trouxe à tona a reflexão acerca das metodologias certas para se trabalhar tal objeto, analisar suas técnicas e lugar social parece ser a melhor forma de fazê-lo.

Em síntese, os aspectos até agora destacados enfatizaram a forma como os impressos chegaram às mãos dos leitores, sua aparência física (formato, tipo de papel, qualidade da impressão, capa, presença/ausência de ilustrações), a estruturação e divisão do conteúdo, as relações que manteve (ou não) com o mercado, a publicidade, o público a que visava atingir, os objetos propostos. (LUCA, 2006, p.138)

ESCRavidÃO E ABOLICIONISMO

Ao longo do século XIX várias transformações no sistema escravista brasileiro foram empreendidas até culminar na abolição, em 13 de maio de 1888. Em uma sociedade em que mais da metade de sua população encontrava-se escrava, tais mudanças deram-se de forma lenta e gradual, haja vista que, o sistema escravista era visto como único meio para o trabalho braçal. Já no início do século em questão o Brasil sofria intensa pressão inglesa para abolir tal prática. Os ingleses interessados em romper com todos os resquícios do Antigo Regime que dificultava o seu desenvolvimento industrial, proibiram o tráfico transatlântico de escravos para todos os seus súditos em 1807, incentivando também as colônias na América a desvincular-se dos pactos coloniais. No que diz respeito ao Brasil, logo após se desvincular de Portugal em 1822 mantém o sistema escravista e o tráfico transatlântico por algum tempo sem ceder às pressões inglesas, tendo em 1831 aprovado a proibição a esse tráfico, no que ficou conhecida como “lei para inglês ver”, porém foi somente em 1850 que o Brasil aprova a lei Eusébio de Queiroz que dá fim ao tráfico negreiro.

Nesse mesmo período tem-se a chegada ao Brasil das ideias positivistas de Augusto Comte, uma vez que a escravidão moderna

Para ele, na Antiguidade, quando os povos se encontravam no “estado teológico”, a escravidão tinha sido uma instituição necessária; nos tempos modernos era “efêmera monstruosidade”, logo, os escravos deveriam se tornar proletários, partilhando do progresso do “estado positivo.” (FARIA, 2012, p.29)

No entanto o positivismo brasileiro não incentivou a fuga de escravos ou ainda o levante armado contra o sistema escravista, seu caráter era muito mais reformista do que revolucionário. Outras teorias vigentes na Europa e com grande repercussão influenciaram o pensamento brasileiro, temos como exemplo “O evolucionismo de Charles Darwin, defendendo que as espécies mais fortes têm mais chances de sobreviver, serve como uma luva para explicar a supremacia branca europeia nos continentes americano, africano e asiático.” (FARIA, 2012, p.31), assim o racismo passa a se tornar científico, lembrando que a escravidão dos negros africanos fora legitimada pelo mito de Can, agora além da legitimação de seres servís, a escravidão também era legitimada pela diferença racial, legando aos negros o status de seres inferiores. No Brasil tais teorias tiveram ampla difusão e adaptação, uma parte da sociedade letrada acreditava que a mestiçagem levaria a produção do que pior poderia existir em termos de raça, algo que nunca alcançaria a perfeição, ou seja, o branco,

outra parcela acreditava que essa miscigenação produziria o melhor das raças, por ser fruto da luta entre ambas para se perpetuar.

Com o avançar do século, inúmeras revoltas, fugas e movimentações em prol da abolição foram deflagradas no Brasil, o movimento abolicionista tomava corpo, associações de negros libertos foram criadas, a imprensa torna-se local de protestos contra o sistema, temos como exemplo os jornais: O Homem de Cor ou O Mulato, Brasileiro Pardo, O Cabrito e O Lafuente na capital do império; O Homem: Realidade Constitucional ou Dissolução Social em Recife; A Pátria e O Progresso, em São Paulo; O Exemplo, em Porto Alegre; no que diz respeito ao Maranhão, temos o registro de O Observador e o Carapuça. Com tantas movimentações, a pressão feita para a abolição, já era notória e perigosa, como medida paliativa, tem-se promulgado em 1871 a lei que ficou conhecida como Lei do Ventre Livre, considerando livres todos os filhos de mulheres escravas nascidos em território brasileiro, assim, a escravidão passa a ter previsão para sua extinção, de forma lenta e gradual o sistema escravista passaria para mão-de-obra livre e assalariada. Outra forma paliativa para atender os anseios dos abolicionistas, foi a Lei do Sexagenário, considerava que a partir de 1885 os escravos com mais de 60 anos, deveriam ser libertos, esta lei beneficiou muito mais proprietários de escravos do que os próprios escravos, uma vez que eram poucos os que chegavam a esta idade, e os que chegavam já não tinham condições de trabalho, ou seja, era uma forma legal de se livrar dos escravos pouco produtivos. Desse modo, demoraria ainda mais longos três anos para que enfim, em 13 de maio de 1888 fosse abolida a escravidão no Brasil por meio da Lei Áurea.

No tocante ao Maranhão, Regina Helena Martins de Faria, aponta que dentro de uma sociedade rural, voltada para a produção algodoeira e açucareira, o sistema escravista já vinha perdendo força desde a proibição do tráfico transatlântico em 1850, o tráfico inter-provinciano ganhava força e a produção cafeeira no Sul concentrava grande parte da mão-de-obra escrava brasileira, levando os produtores maranhenses a dividir sua oferta de mão-de-obra entre escrava e livre, o que por si só já se constituía um forte aspecto da crise econômica vivenciada no Maranhão. Ao longo de todo o século é ressaltada a existência de um movimento de resistência e ainda a atuação de movimentos abolicionistas e não governamental.

É interpretação consagrada na historiografia brasileira ser o processo abolicionista fruto da ação governamental desenvolvida por meio de medidas de caráter gradualista, dando-se importância menor à participação da sociedade civil. No entanto, pesquisas realizadas nas últimas décadas resgataram o papel da resistência

escrava nesse processo e ressaltaram a atuação do movimento abolicionista. (FARIAS, 2012, p.192)

Já em 1849 tem-se registros de um jornal abolicionista, O Observador, que tratava da necessidade da eliminação desse sistema escravista, outros periódicos passaram a se debruçar também sobre a temática, como o caso do Carapuça, Órgão de Todas as Classes, que trazia em suas edições ao longo dos anos de 1884 a necessidade imediata da abolição brasileira, para além dos jornais temos inúmeros movimentos pré-abolicionistas, como a Irmandade do Glorioso São Benedito, a Sociedade Manumissora Vinte e Oito de Julho e o Clube dos Mortos. Era nítida na província maranhense a efervescência do movimento abolicionista e a pressão feita por estes.

ABOLIÇÃO NAS PÁGINAS DO CARAPUÇA

No que tange ao movimento abolicionista, os jornais tiveram importância significativa em todo o Brasil, nota-se um grande interesse em debater tal temática ao longo de todo oitocentos, em relação à província maranhense temos a destacar o jornal - Carapuça Órgão de Todas as Classes, analisar esse jornal dentro do que Marcelo Cheche Galves considera como “pequena imprensa” pode ser difícil, mas muito elucidativa para entender a dinâmica vivenciada na província

O trabalho de pesquisa com a “pequena imprensa” possui um potencial ainda a ser explorado. Em meio às recorrentes queixas dos historiadores em relação às péssimas condições de preservação da documentação de pequenas cidades, um olhar cuidadoso sobre os jornais pode permitir a reconstrução de cenários e de relações de poder imprescindíveis para a compreensão de dinâmicas locais. (GALVES, 2004, p.71)

Em vias do processo de abolição o Carapuça está inserido como jornal abolicionista, pois traz a tona o debate racial, a perseguição aos negros, sejam estes escravos ou libertos, a propagação de ideias abolicionistas “Escravo levanta essa cerviz abatida pelo medo do azorrague do senhor! D’aqui a pouco has de ser um homem, vivendo do teu trabalho como todo homem deve viver.” (Carapuça, p. 3, 1884) Dentro de um processo recente de produção tipográfica maranhense, onde ao longo de todo século nota-se sua evolução, com destaque nacional, uma vez que a difusão de impressos no Brasil só foi possibilitada no fim do século XVIII trazidos normalmente por contrabandistas, já que “Um Brasil civilizado não era objetivo da Coroa” (SODRE, 2006, p.3), assim o jornal em questão bem como a maioria

dos impressos maranhenses, apresentavam um certo atraso estético em relação aos impressos estrangeiros, estes com mais tempo de existência. Atentar para suas características de ordem material demonstra o seu caráter de inserção na denominação de “pequena imprensa”, já que possuía uma periodicidade variável entre três, cinco e até quinze dias entre suas publicações, utilizava um papel de baixa qualidade, não possuía uma tipografia própria, não possuía qualquer tipo de iconografia ao longo de todo editorial.

Identificar as pessoas responsáveis pelo Carapuça torna-se um trabalho difícil, uma vez que inserido nesse debate abolicionista era perigoso para seus editores colocarem seus nomes no jornal, o perigo de prisão e de perseguição era iminente, por isso o grupo responsável pelo Carapuça identificava-se apenas como “Propriedade de Uma Associação”, no entanto no que diz respeito as suas formas de receita, percebe-se a presença de anunciantes, principalmente pequenos comerciantes da área central da capital da província, além das pessoas que adquiriam o jornal, fato interessante ligado a isto, é o número de exemplares por cada edição, o numero fixo de mil exemplares, o que leva a crer que apesar do publico letrado ser em sua maioria a elite imperial, existiam sim letrados entre as classes mais baixas, portanto podemos supor que existiam grande contingente d letrados entre os libertos e os abolicionistas, ou então foram criadas formas para divulgação das ideias abolicionistas do impresso.

Portanto o Carapuça com todas as suas dificuldades para sua impressão, com uma periodicidade curta e variável ao longo do ano de 1884 causou grandes especulações e movimentações em prol do movimento abolicionista, a presença da imprensa na busca pela abolição da escravidão demonstra como vários setores da sociedade buscaram e lutaram na campanha abolicionista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma podemos observar que os jornais do período oitocentista, constituíam-se importante mecanismo de disseminação dos ideais abolicionistas em todo Brasil, envoltos em um período de grandes mudanças e mutações, essas associações em sua maioria compostas por negros libertos propiciaram a mobilização social em prol da abolição da escravidão brasileira. Importante destacar que mesmo com diversas proibições e restrições ao processo de letramento dos negros brasileiros ao longo do século XVIII, graças a essas

associações homens e mulheres tiveram a possibilidade real de alfabetização, muitos destes alcançando cargos importantes no serviço público, mesmo com a vigência das teorias raciais.

No tocante ao Carapuça, inserido no contexto de maior efervescência do movimento em prol da abolição, mesmo com todas as dificuldades atribuídas aos jornais da pequena imprensa, possibilitou a propagação dos ideais abolicionistas na província maranhense, contribuindo assim ao longo de seu curto período de duração para a mobilização da população negra, destacando seu pertencimento a sociedade brasileira e criticando severamente os escravistas.

REFERÊNCIAS

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Imprensa Negra no Brasil do século XIX**. São Paulo, Selo Negro, 2010.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Mascaras Brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FRIAS, J.M.C. **Memória sobre a tipografia maranhense**. – São Paulo: Siciliano, 2001.

GALVES, Marcelo. “Pequena imprensa” e poder político: pensando os jornais locais como objeto e fonte de pesquisa. **Revista Outros Tempos**. v. 01, p. 66-73, 2004.

IGNOTUS. **Sessenta anos de jornalismo: a imprensa no Maranhão**. – São Paulo: Siciliano, 2001.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (et al) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006, p.111-153.

FARIA, Regina Helena Martins de. **Mundos do trabalho no Maranhão oitocentista: os descaminhos da liberdade**. – São Luís: Edfuma, 2012.

Jornal:

O Carapuça – 1884.